

MINHA HISTÓRIA É AQUI: JUVENTUDE RURAL ENTRE O PERMANECER NO CAMPO E O MIGRAR PARA CIDADE

Ana Paula Nunes Malheiros[1]

Débora Mate Mendes[2]

Círculo de Saber: Formação da Juventude

Palavras-chave: Juventude do Campo; Educação do Campo; Território.

Introdução

A juventude rural tem ocupado, nas últimas décadas, um lugar central nas discussões sobre desenvolvimento territorial, permanência e acesso aos direitos. No contexto amazônico, onde o modo de vida das comunidades tradicionais se entrelaça com práticas agroextrativistas, a relação da juventude com o campo adquire contornos específicos, marcados por afetos, ancestralidade e também por desafios estruturais. Nesse cenário, a pergunta que orienta esta pesquisa — “Quais os fatores que contribuem para você permanecer no campo e/ou mudar para a cidade?” — revela tensões importantes entre desejo, necessidade e pertencimento.

A problemática que se coloca diz respeito às condições objetivas e subjetivas que levam jovens a deixar suas comunidades em direção à cidade, muitas vezes como única alternativa para continuar os estudos, buscar emprego ou ter acesso a serviços básicos. Ao mesmo tempo, observa-se que a maioria desses jovens expressa forte vínculo com o território, com a família, com a natureza e com práticas culturais como o cultivo do açaí, a pesca, a farinha, os banhos de rio e as festas tradicionais. Assim, o que parece um simples deslocamento geográfico carrega profundas implicações sobre identidade, projeto de vida e direito ao território.

[1] Licenciada em Educação do Campo, Pós-graduanda em Educação do Campo e Agrobiodiversidade – Universidade Federal do Amapá; E-mail: paulaunifapmzg@gmail.com

[2] Doutora em Educação, docente da Licenciatura em Educação do Campo e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Amapá; E-mail: deboramate@unifap.br



Este trabalho tem como objetivo compreender os fatores que influenciam a decisão da juventude rural em permanecer no campo ou migrar para a cidade. A hipótese defendida é que a migração da juventude rural não se dá por um desejo de ruptura com o território, mas por ausência de condições estruturais mínimas que garantam o direito de permanecer com dignidade no campo — sobretudo acesso à educação, trabalho, conectividade e serviços básicos.

A justificativa deste estudo reside na urgência de compreender os movimentos da juventude rural a partir de sua própria perspectiva, valorizando seus relatos e experiências. Discutir as causas e implicações da migração juvenil contribui para o fortalecimento de políticas públicas que respeitem os modos de vida das comunidades e assegurem direitos às juventudes do campo.

Este trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa mais ampla intitulada “Condição Juvenil na Amazônia: desafios e perspectivas de acesso a políticas públicas nos territórios ribeirinhos e extrativistas”. Adotamos uma abordagem quanti-qualitativa, utilizando como instrumento de coleta o questionário semiestruturado. A amostra analisada compreende 108 questionários aplicados em comunidades localizadas nos municípios de Santana, Mazagão e Laranjal do Jari, no estado do Amapá, além de algumas regiões do Pará. A faixa etária dos (as) jovens participantes varia entre 14 e 26 anos. Os dados foram coletados a partir da pergunta aberta: “Quais os fatores que contribuem para você permanecer no campo e/ou mudar para a cidade?”. As respostas foram organizadas e analisadas a partir de categorias emergentes, articuladas ao referencial teórico da Educação do Campo, juventude rural e território.

Entre o querer ficar e o precisar sair

As falas da juventude revelam que a decisão de permanecer ou migrar não é isolada nem puramente voluntária, mas resultado de uma complexa rede de vínculos afetivos, condições estruturais e (des)acesso a direitos. A permanência no campo aparece associada à vida comunitária, à tranquilidade, à proximidade da família e à autonomia alimentar. Conforme apontam alguns jovens: “No campo é bom porque você não precisa comprar alguns alimentos e na cidade tudo é caro”; “Aqui no

campo tenho açaí quando quiser, e na cidade só se tiver dinheiro"; "Gosto de vender (sic) farinha, trabalhar com castanha, tomar banho no rio, plantar medicinais. Amo minha comunidade". Esses relatos revelam não apenas um modo de vida, mas um modo de aprender e se formar a partir das experiências no território.

Nessa perspectiva, o conceito de território educativo, conforme discutido por Dowbor (2006), ganha centralidade ao propor uma educação enraizada na apropriação do espaço como campo vivo de saberes e experiências. A aprendizagem contextualizada, conectada às vivências e desafios locais, favorece a formação crítica e emancipada dos sujeitos. Para isso, é essencial a atuação intersetorial, envolvendo escola, saúde, assistência social, cultura e outras políticas públicas de forma integrada. Essa articulação amplia as possibilidades de aprendizagem e contribui para o fortalecimento da cidadania, ao envolver as comunidades na leitura crítica e na transformação do lugar onde vivem. O território, assim, não é apenas cenário, mas agente ativo na promoção de direitos, participação social e desenvolvimento humano.

No entanto, a permanência no campo é constantemente desafiada por ausências estruturais, como denunciam os próprios jovens: "Falta energia, internet e lazer no fim de semana"; "Na minha comunidade não tem curso técnico nem faculdade"; "A escola mais próxima é longe e não tem transporte". Essas falas revelam injustiças territoriais, pois evidenciam que o acesso desigual a serviços essenciais compromete o direito à permanência com dignidade. Como aponta Harvey (1980), uma organização espacial justa deve priorizar o atendimento às necessidades reais da população, o que implica revisar os padrões de investimento que historicamente negligenciam territórios periféricos. No caso da juventude amazônica, a escassez de políticas públicas reflete uma lógica excludente que perpetua desigualdades e fragiliza o bem comum.

A educação emerge como o principal vetor da migração da juventude rural: "Pretendo mudar para a cidade para fazer faculdade"; "Mudei para estudar porque aqui só tem o Fundamental 1"; "Na cidade poderei cursar uma faculdade e ter um futuro". Conforme os dados da dissertação de Mendes (2020), esse deslocamento é frequentemente visto não como ruptura, mas como uma passagem necessária — um meio para alcançar objetivos educacionais. Ainda assim, muitos jovens

expressam desejo de retorno ao seu território de origem: “Depois da faculdade quero voltar para ajudar minha família e minha comunidade”; “Irei voltar assim que terminar meus estudos, pois minha comunidade é minha casa e meu futuro”. Esses relatos revelam uma migração temporária motivada pela carência de infraestrutura educacional — reforçada na dissertação como expressão concreta da desconexão entre as políticas públicas e as demandas dos territórios rurais.

Ao mesmo tempo, a permanência também pode ser estratégica, conforme expressam jovens que afirmam: “Tenho orgulho de morar aqui, e tudo que eu preciso tem na comunidade”; “Minha história é aqui, sempre vou permanecer na minha terra”. Essas falas refletem uma dimensão afetiva, política e identitária da permanência no campo, como demonstram os estudos de Castro (2011). Em sua pesquisa com jovens da Baixada Fluminense, a autora revela que os desejos de migrar e permanecer coexistem de maneira ambígua, entrelaçados às heranças familiares e à valorização do pertencimento ao território. Para muitos(as) jovens, permanecer é um ato que carrega significados de resistência e afirmação frente às dificuldades históricas vividas nas zonas rurais.

Nessa perspectiva, Favareto (2010) propõe superar abordagens normativas sobre o desenvolvimento rural ao destacar a longa e complexa evolução das relações entre o rural e o urbano. O autor evidencia que a permanência e o retorno ao campo devem ser compreendidos como movimentos inseridos em dinâmicas socioterritoriais múltiplas, marcadas por fluxos, circularidades e reconfigurações identitárias. Assim, viver no campo não implica isolamento do urbano, mas sim a construção de novas formas de habitar e pertencer ao território, frequentemente expressas por jovens que dizem, por exemplo: “Eu moro na cidade, mas continuo vindo para o campo no fim de semana, aqui eu me sinto eu mesma”

No que diz respeito às representações construídas pela juventude sobre campo e cidade, Carneiro (2006) como os(as) jovens elaboram um imaginário em que o campo aparece como espaço de afetividade, segurança e pertencimento, enquanto a cidade se apresenta como espaço de oportunidade, mas também de conflito e instabilidade. As escolhas de permanecer ou migrar não são lineares, mas atravessadas por tensões entre o desejo de estudar e trabalhar e o apego ao modo de vida rural.



Portanto, os dados revelam que a juventude rural não está em fuga do campo, mas em busca de condições para permanecer ou retornar com autonomia, formação e reconhecimento. A migração, em muitos casos, constitui um movimento de ida e volta — territorial, afetivo e político — que desafia as dicotomias tradicionais entre rural e urbano, exigindo novos olhares sobre os projetos de vida juvenil no campo brasileiro contemporâneo.

Conclusão

A análise das falas de jovens das comunidades rurais amazônicas evidencia que a migração para a cidade não se configura, majoritariamente, como um desejo de ruptura com o campo, mas como resposta às ausências estruturais que comprometem o direito de permanecer com dignidade em seus territórios de origem. A decisão entre ficar ou partir é atravessada por dimensões afetivas, culturais e políticas, nas quais o território é compreendido não apenas como espaço físico, mas como lugar de pertencimento, saberes e construção de identidade.

A pesquisa confirma a hipótese de que a juventude rural deseja permanecer no campo, desde que lhe sejam asseguradas condições mínimas de acesso à educação, conectividade, serviços públicos e oportunidades de trabalho. A migração aparece, assim, como movimento muitas vezes temporário, marcado pela esperança do retorno e pela vontade de contribuir com o desenvolvimento de suas comunidades.

A partir do conceito de território educativo e da crítica às desigualdades territoriais, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades dos modos de vida rurais e que articulem educação, cultura, assistência social e infraestrutura. Valorizar os projetos de vida da juventude rural é condição fundamental para que o campo não seja apenas um espaço de resistência, mas também de realização de direitos, de sonhos e de futuros possíveis.

Assim, compreender a condição juvenil na Amazônia exige ouvir os sujeitos em sua complexidade, reconhecer suas estratégias de permanência e circularidade, e repensar o papel do Estado na garantia de justiça territorial. A juventude rural não é

passiva frente às adversidades: ela constrói caminhos, tensiona fronteiras e propõe novas formas de viver e aprender no campo.

Referências bibliográficas

CARNEIRO, Maria José. **O campo e a cidade no imaginário de jovens rurais**. In: ABRAMOVAY, Ricardo (org.). Jovens rurais: trabalho, educação e futuro. Brasília: UNESCO, 2006. p. 65–89.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Sonhos, desejos e a "realidade"**: herança, educação e trabalho de 'jovens rurais' da Baixada Fluminense/RJ. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011. (Dissertação de Mestrado).

DOWBOR, Ladislau. **Territórios do saber**: formação e descentralização. São Paulo: Vozes, 2006.

FAVARETO, Arilson. **A longa evolução da relação rural-urbano**: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 353–387, 2010. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08c10ed915d3cfd001146/1052734537-favareto.2007-longa.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MENDES, Débora Mate. **Juventude e educação do campo na Amazônia**: representações sociais sobre o SOME e as implicações em seus projetos de vida. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2020. Disponível em: https://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/debora.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.